

Revisitando conceitos antropológicos clássicos em um museu imaginado

GIOVANA ACACIA TEMPESTA

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

JOÃO PAULO SIQUEIRA DE ARAÚJO

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

DIEGO RODRIGUES DE LOIOLA

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i2p47-66

resumo O presente trabalho consiste em um exercício de imersão no fictício “museu da antropologia” criado por nós. Trata-se de um convite para uma aproximação imaginosa aos conceitos e perspectivas formuladas por antropólogos europeus e norte-americanos no período compreendido entre 1870 e 1950. O artigo ressalta ainda a importância dos museus na contemporaneidade, em termos da promoção de reflexões sobre o valor das diferenças humanas e, por conseguinte, pretende contribuir para o desenvolvimento de uma atitude de respeito perante as diferentes culturas, povos, grupos sociais e modos de estar no mundo.

palavras-chave história da antropologia; diversidade cultural; museus.

Revisiting classical anthropological concepts in an imagined museum

abstract This paper is an exercise of immersion in the fictitious “museum of anthropology” created by us. It is an invitation to an imaginative approach to the concepts and perspectives formulated by European and American anthropologists in the period between 1870 and 1950. The article also emphasizes the importance of museums in contemporary times in terms of promoting reflection on the value of human differences and, therefore, aims to contribute to the development of an attitude of respect for different cultures, peoples, social groups, and modes of being in the world.

keywords history of anthropology; cultural diversity; museums.

Introdução

A ideia de escrever o presente artigo surgiu no final do ano de 2018, após o encerramento da disciplina Teoria Antropológica I, ministrada pela professora Giovana Acacia Tempesta na Universidade de Brasília (UnB). Ao longo daquele curso, enquanto estudávamos obras canônicas da antropologia e percebíamos o papel das coleções etnológicas e dos museus na consolidação do campo da Antropologia Social na Europa e nos Estados Unidos, fomos surpreendidos pelo incêndio que devastou o Museu Nacional no Rio de Janeiro. Esse evento desalentador ocorreu durante o período eleitoral, que evidenciava, no Brasil, o processo mais amplo de intensificação de ideologias de extrema-direita, que vem se alastrando em muitas outras partes do mundo.

A experiência de entrar em contato com a abordagem antropológica do social nos ajudou a compreender a importância de ferramentas conceituais que permitam apreender e tratar a diferença de modo respeitoso. Assim, ao canalizar aqui os aprendizados realizados nessa disciplina, pretendemos estimular o interesse de outras e outros estudantes pelo estudo do humano em suas múltiplas configurações socioculturais.

Nosso trabalho final inspirou-se no seguinte mote, proposto pela professora:

Um dos méritos da antropologia está em escapar à ideia de que o presente é eterno, que o mundo não é outra coisa senão esse teatro onde estamos hoje com nosso modo de pensar, nossas ideias comuns. Mas não, não é assim. Existem outras formas de pensar o mundo e outras formas de imaginar um futuro para esse mundo. É isso que a antropologia nos permite conceber. (Philippe Descola, 2016, p. 48)

A partir dele, nos foi apresentada a seguinte situação hipotética, formulada pela professora:

Você foi convidad@ para ser assistente na curadoria de uma exposição etnográfica, que abrange objetos cerimoniais e objetos de uso cotidiano, além de fotos e filmagens de povos de diversas partes do mundo. Podemos ver totens, máscaras rituais, utensílios de caça, pesca e agricultura, utensílios de cozinha, peças de vestuário, trenós para gelo, canoas, instrumentos musicais, placas de cobre, brinquedos, braceletes, tinturas naturais, bem como diagramas genealógicos, textos sagrados, mapas feitos a mão e esquemas nos quais são mostradas categorias de pensamento nativas. Cada peça está devidamente identificada com uma ficha que esclarece seu significado local e o modo como foi fabricada e obtida. Cada conjunto de peças recebe o nome do povo ou da área cultural correspondente. O objetivo é provocar reações de surpresa e empatia n@s

visitantes. Outrossim, um anexo do museu abriga uma coleção de fusos, lançadeiras e teares, os quais estão ordenados em uma fileira, sendo que as peças aparentemente mais simples são alocadas no início da fileira, e as aparentemente mais complexas, ao final; cada peça está identificada por uma etiqueta que traz apenas informações sumárias; não se sabe exatamente como cada uma delas foi obtida, mas a sala onde se encontram foi batizada com o nome do colecionador que as doou para o museu. Na parte da frente do prédio, serão realizadas algumas apresentações culturais e serão oferecidos alguns pratos tradicionais para @s visitantes. Estão previstas ainda rodas de conversa com indígenas sobre o valor da diversidade cultural.

E nosso trabalho consistia em “elaborar o texto explicativo que será exibido no início da exposição, enfatizando a importância da visita ao museu para a conformação de uma atitude de respeito às diferentes culturas e grupos sociais.”

O texto solicitado deveria ser organizado em torno dos seguintes conceitos: Cultura, culturas/área cultural, pesquisa de campo/etnografia, consciência coletiva, fenômeno social total e função social de costumes, emoções e crenças. Porém aqui extrapolamos a proposta original e acabamos criando conjuntamente uma exposição que mescla elementos-chave da história da Antropologia a conceitos que permanecem atuais e nos ajudam a refletir de forma crítica sobre as diferenças entre culturas, povos, grupos sociais e modos de estar no mundo.

Assim, envolvidos nesse processo de entender a formação da Antropologia a partir de autores clássicos, e levando em conta suas premissas, hipóteses e *insights* mais importantes, tanto quanto suas insuficiências, limitações e distorções, fomos ajustando nossas “lentes” para apreender a relevância do museu contemporâneo para a constituição do pensamento crítico sobre temas sociais relevantes.

Antes de apresentarmos o museu aos/às visitantes, agora nossos/nossas leitores/leitoras, cabe deixar claro que o passado evolucionista da Antropologia não será tratado como algo distante ou dispensável, mas como objeto de uma reflexão necessária. De acordo com M. Peirano (2004), o historiador da antropologia G. Stocking, Jr. teria se empenhado em entender o passado da disciplina em seus próprios termos, focalizando o contexto, o processo, as condições de emergência e a viabilidade das ideias que ganharam corpo na segunda metade do século XIX. Algo inspirados nessa perspectiva, formulamos uma leitura criativa das “tradições paradigmáticas da antropologia” (STOCKING Jr., 2005), considerando as principais obras de autores europeus e norte-americanos no período que vai dos anos 1870 aos anos 1950.

Outrossim, para evitar uma abordagem ingênua ou simplista do cânone, julgamos por bem recordar os ensinamentos de M. Foucault (2018) a respeito do saber como peça de um dispositivo político que o produz e é intensificado por ele. De acordo com a abordagem foucaultiana, a verdade não existe fora do poder ou sem o poder, por isso importa apreender

o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder. Nesses termos, nosso museu imaginado também se insere na batalha política do enunciado científico, ao colocar em evidência o processo de modificação das regras de formação dos enunciados aceitos como cientificamente verdadeiros, tendo a pesquisa de campo etnográfica como pivô desse processo.

Por fim, nossas reflexões levam em consideração o projeto de teoria social que visa à autonomia político-epistemológico do Sul global, segundo enunciado por R. Connel (2012), no sentido de descentralizar e democratizar todo o processo dirigido pela teoria, tornando a produção e a circulação de conhecimento social acessíveis para o maior número possível de pessoas.

Texto explicativo

Ao longo dos séculos, houve algumas revoluções paradigmáticas que levaram a sucessivas reconfigurações do pensamento ocidental.

No final do século XV, quando tomaram conhecimento da existência do que chamamos hoje de continente americano, os europeus sofreram forte abalo em sua autoimagem, pois foram confrontados com o fato de que não habitavam o mundo de forma exclusiva (WOORTMANN, 1997).

Na primeira metade do século XVI, Copérnico desvaneceu as concepções geocêntricas ao defender a teoria heliocêntrica, segundo a qual o Sol é a estrela principal do sistema e o planeta Terra é apenas mais um dos muitos planetas que orbitam ao seu redor (ÁVILA, 2007).

No final do século XVIII, a Revolução Industrial influenciou sobremaneira a percepção espaço-temporal dos europeus, dando ensejo a uma nova forma de classificar tudo aquilo que era diferente do estilo de vida vitoriano – paisagens, pessoas, línguas, artefatos, alimentos, técnicas, crenças, relações (STOCKING Jr., 1987; SCHWARCZ; ARAÚJO, 2010).

Em meados do século XIX, com a publicação das ideias do filósofo inglês Herbert Spencer (*Progresso: sua lei e causa*) e depois da obra do naturalista britânico Charles Darwin (*A origem das espécies*), começou-se a aceitar que as sociedades conhecidas podiam ser dispostas “segundo uma única escala evolutiva ascendente, através de vários estágios” (CASTRO, 2005, p. 13).

Ainda no século XIX, o psicanalista austríaco Sigmund Freud revelou que o ser humano não é senhor sequer de sua própria mente, pois ela é controlada pelo inconsciente (ÁVILA, 2007).

Ora, em tempos como o nosso, de ameaça real a todas as pessoas e modos de vida que não se encaixam nos restritivos estereótipos hegemônicos, não é exagerado reafirmar a necessidade de preservar a diversidade das culturas.

Portanto, caro leitor-visitante/cara leitora-visitante, propomos aqui a contextualização de certos conceitos, imagens e valores que podem ser úteis para compor

lentes com maior grau de nitidez, que deem acesso a uma forma mais generosa e sensível de estar no mundo.

Que a sua visita seja proveitosa!

Organização e disposição das galerias

Nosso museu está organizado em quatro galerias dispostas em torno de um saguão ao centro, nas quais os autores e conceitos são apresentados sob a forma de artefatos, imagens e textos atravessados por efeitos de som e luz.

Pretendemos propiciar uma experiência também sensorial, e não meramente cerebral, com o objetivo de conferir um caráter vívido à visita e convidar a perceber a atualidade de muitas das ideias e valores sistematizados pelos autores, ideias e valores que podem ser descartados, criticados ou ressignificados, mas jamais ignorados pelos estudantes de antropologia do século XXI.

Na entrada, o/a visitante se depara com uma Linha do Tempo e, na sequência, pode acessar as galerias que hospedam as diferentes tradições paradigmáticas da antropologia e as coleções etnográficas, antes de tomar parte na roda de conversa com indígenas brasileiros. Além disso, reservamos uma sala de projeção onde podem ser vistos documentários sobre os “pais fundadores” da antropologia social.¹ Por fim, no saguão central há um globo terrestre de grande formato, no qual o/a visitante pode visualizar os locais estudados pelos antropólogos.

Linha do tempo

Para contextualizar os conceitos aqui apresentados, elaboramos a seguinte linha do tempo, que abrange eventos e obras significativas:

1807: *Fenomenologia do espírito*, de Hegel

1848: Primavera dos Povos na Europa + publicação do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels

1851: *Progresso: sua lei e causa*, de H. Spencer

1851: exposição mundial no Palácio de Cristal, em Londres

1858: descoberta de artefatos humanos muito antigos na caverna de Brixham, Inglaterra, recuando-se a história da humanidade para centenas de milênios, diferente do que postulava a cronologia bíblica

1859: *A origem das espécies (Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural; ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida)*, de C. Darwin

1861-1865: Guerra da Secessão nos Estados Unidos

1861: *Lei Antiga*, de H. Maine

¹ A programação é composta pelos seguintes documentários: série Estranhos no Exterior – Trabalho de campo: Sir W. B. Spencer, Todo mundo é parente: W. Rivers, As Correntes da Tradição: Franz Boas, Maioridade: M. Mead, Fora da Varanda: B. Malinowski e Estranhas crenças: Sir E. Evans-Pritchard; além de Mauss, segundo suas alunas.

- 1864: *A cidade antiga*, de F. de Coulanges
1871: *A descendência do homem*, de C. Darwin
1871: *Cultura Primitiva*, de E. B. Tylor
1871: *Sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana*, de H. L. Morgan
1877: *Sociedade antiga*, de H. L. Morgan
1884: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de F. Engels
1890: *O ramo de ouro*, de J. G. Frazer
1906: *The Toda*, de W. H. R. Rivers
1912: *As formas elementares da vida religiosa*, de E. Durkheim
1913: *Totem e tabu*, de S. Freud
1914-1918: Primeira Guerra Mundial
anos 1920: surrealismo (Dalí, Picasso, Breton, Miró, Frida Kahlo, Man Ray)
1922: *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski
1922: *The Andaman Islanders*, de Radcliffe-Brown
1923-4: *Ensaio sobre a dádiva*, de M. Mauss
1929: Grande Depressão
1930-1940: nazismo, Holocausto na Alemanha
1931: *Raça e progresso*, de F. Boas
1935: *Sexo e temperamento*, de M. Mead
1937: *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, de Evans-Pritchard
1939-1945: Segunda Guerra Mundial
1945: ataque norte-americano com bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki
1946: *O crisântemo e a espada*, de R. Benedict
1948: proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão na Assembleia Geral das Nações Unidas
1952: *Raça e história*, de C. Lévi-Strauss

Evolucionistas

Ao lado da porta de entrada da galeria onde se encontra a exposição dos pensadores evolucionistas, há uma placa com os dizeres de Wilhelm von Humboldt: “O homem sempre continua algo a partir do que já existe”.

Esta galeria, com ambiente algo misterioso, pouco iluminado e silencioso, contém materiais organizados em supostos graus de complexidade, sem identificação de origem ou de finalidade, de modo a evocar a classificação de objetos, práticas, crenças e povos a partir de uma hierarquia rígida, tal como formulada por Sir Edward B. Tylor, Lewis H. Morgan e Sir James George Frazer. O nome da coleção etnográfica é George Blue-Carter [personagem fictício], uma homenagem ao colecionador que obteve os artefatos e as informações correspondentes. Os objetos estão dispostos em linha reta, indo das formas

alegradamente mais arcaicas até as mais complexas. A linha de evolução é ascendente e não se podem pular etapas.

No centro do espaço, em plano elevado, uma cadeira luxuosa fixada ao piso, oferecendo reduzida possibilidade de movimentação para obter a visão de outros ângulos, representa o eurocentrismo dos autores em plena era vitoriana; ao tomar assento nela, o/a visitante enxerga apenas paredes com fragmentos de informações, documentos, imagens, relatos e objetos. Sobre a mesa de ébano encostada a uma parede, milhares de fichas organizadas em catálogos contendo dados heteróclitos sobre algumas culturas já desaparecidas e outras contemporâneas, correspondentes a povos em diferentes partes do globo; existem três grupos de catálogos intitulados “Selvagens”, “Bárbaros” e “Civilizados”.

Nas paredes, placas expõem os seguintes enunciados:

1. Em sua contribuição para uma série de palestras sobre os resultados da Exposição [Mundial no Palácio de Cristal, em Londres, 1851], Dr. Whewell especulava sobre a relação entre espaço e tempo. Diferentes nações haviam alcançado diferentes estágios no progresso das “artes úteis e ornamentais”, e todos esses estágios poderiam ser vistos de uma só vez “em um vidro mágico que os feiticeiros do nosso tempo tinham feito brotar do chão como uma emanção”. Lá, “a infância, a juventude, a idade adulta e a maturidade das nações”, todas elas apareciam “em seus aspectos simultâneos, como os objetos mais distantes revelados, no mesmo momento, por um flash de luz em uma noite sombria”. Portanto, “pela aniquilação do espaço, que separa diferentes nações, nós produzimos um espetáculo no qual é também aniquilado o tempo que separa um estágio de progresso de uma nação de outro” (STOCKING Jr., 2010, p. 295).
2. Como o fenômeno da Cultura pode ser classificado e arranjado, estágio por estágio, numa ordem provável de evolução? (TYLOR, 2005, p. 34)
3. A humanidade começou sua carreira na base da escala e seguiu um caminho ascendente, desde a selvageria até a civilização [passando pela barbárie], através de lentas acumulações de conhecimento experimental. (MORGAN, 2016, p. 23)
4. [...] mesmo que minha teoria sobre esse caso específico [a história do santuário de Diana no bosque em Nemi] desmorone — e reconheço plenamente a fragilidade dos alicerces que a sustentam —, sua queda dificilmente abalaria as minhas conclusões gerais relacionadas com a evolução da religião e da sociedade primitivas, que se baseiam numa ampla coleta de fatos totalmente independentes e bem autenticados. (FRAZER, 1982 - Prefácio à edição de 1911)

Tylor e Frazer, dentre outros evolucionistas britânicos, celebrizaram-se pelo trabalho de gabinete, que se caracteriza pela “utilização exclusiva de dados secundários para elaboração de seus trabalhos” (LARAIA, 2007, p. 328). Todavia, o esforço de sistematização objetiva de vultosas massas de dados obtidos de terceiros levou esses antropólogos a

proporem respostas originais, ainda que polêmicas,² para a questão intelectual central em meados do século XIX, a saber, se o homem teria sido criado por um único ato divino (visão bíblica) ou se teria evoluído a partir do macaco (história natural).

Assim, nas obras de Tylor, Morgan e Frazer, percebemos erudição aliada ao pressuposto da unidade essencial do espírito humano, cujas manifestações singulares haviam de ser catalogadas e sistematizadas em um quadro organizado de forma hierárquica, de modo a assegurar uma distância significativa entre o “nós” vitoriano, autoproclamado superior, e “os outros” – os povos que eram ou poderiam vir a ser colonizados e explorados. Neste sentido, a percepção etnocêntrica de diferenças culturais, civilizacionais ou intelectuais operou-se na chave da exotização e deu origem à nossa bem conhecida noção de alteridade.

O ideal universalista articulava-se à obsessão classificatória e ao imperialismo, mas *contexto* não era o forte dos “pais fundadores”. Dados etnográficos descontextualizados eram analisados por homens da elite intelectual³ que se acomodavam em uma posição social supostamente exterior às dinâmicas políticas e econômicas que transformavam o equilíbrio de poder no mundo – um mundo que estaria destinado a galgar os supostamente inexoráveis degraus do “progresso”. Outrossim, o norte-americano Morgan não deixava de lamentar a sorte dos Sêneca (Iroqueses), povo que conheceu de perto, em meio à Guerra da Secessão nos Estados Unidos.

Na Introdução que escreveu em 1978 para uma das muitas edições de *O Ramo de Ouro*, de Frazer, Mary Douglas afirmou:

Eram muitas as crueldades que o homem praticava contra o homem na década de 1890, mas nossos sábios daqueles dias viviam vidas muito protegidas. Podiam ter esperanças em relação à evolução humana. É difícil, para nós, compreender até que ponto a elite intelectual podia estar protegida e provida de antolhos.

Esta exposição se encerra com a reprodução da tela de Paul Klee intitulada *Angelus Novus* (1920), na qual W. Benjamin se inspirou para elaborar o conceito de “anjo da história”, fruto de uma visão pessimista de progresso:

TESE 9 - Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a

² Ver, por exemplo, o artigo de F. Rosa (2010) sobre a contribuição de Tylor para o estudo da religião e o artigo de Mauro Almeida (2010) sobre o pioneirismo de Morgan na compreensão do parentesco. Cabe ainda mencionar a influência que a tese de Morgan a respeito de um estágio “comunista” original exerceu sobre Marx, conforme registrado por F. Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

³ Vale notar que vários dos antropólogos britânicos aqui mencionados receberam o prestigioso título nobiliárquico de *Sir*.

nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN: 1987, p.228)

Culturalistas

Na entrada da segunda galeria lemos as seguintes palavras:

O valor da antropologia é seu poder de mostrar o valor relativo de todas as formas de cultura. Nossa tendência natural é de considerar nossa civilização como o objetivo máximo da evolução humana, o que nos afasta da oportunidade de ganhar com o aprendizado de outras civilizações. Minha visão da vida é determinada por uma única questão: como podemos reconhecer as correntes que as tradições nos impuseram? Se as reconhecemos, também podemos quebrá-las. (Série Estranhos no exterior - As correntes da tradição: Franz Boas: 52'45")

Aqui nos deparamos com as inovações promovidas pela escola culturalista, fundada pelo alemão Franz Boas, que refutava o valor científico das elucubrações elaboradas pelos evolucionistas e os acusava de desprezarem os rigores do método. Boas era judeu e defendia publicamente a premissa da equanimidade das raças ou culturas; nos Estados Unidos ele também foi responsável por orientar muitos antropólogos que se tornariam importantes continuadores de seu legado, como Ruth Benedict e Margaret Mead.

Boas levou a cabo uma quebra paradigmática nos estudos sobre cultura, ao defender a existência de culturas no plural, as quais resultariam de combinações originais de elementos externos (ambientais) e internos (psicológicos). Ele acreditava em um comparativismo controlado, ou seja, comparações seriam legítimas desde que, antes, se obtivesse conhecimento suficientemente aprofundado sobre cada cultura individual, considerando limites geográficos e históricos bem mais restritos que aqueles considerados pelos evolucionistas, surgindo daí a noção de áreas culturais, nas quais vigorariam certos padrões culturais.

Os objetos etnográficos produzidos por cada cultura estão dispostos em vários globos ligados por fios elétricos, cada um iluminado por uma lâmpada de cor diferente. Em cada globo, que recebe o nome do povo do qual foram obtidos os objetos expostos, o/a visitante é convidado/a a acender os interruptores. Os globos mais próximos formam áreas culturais, cada uma com sua própria história de desenvolvimento, oferecendo respostas singulares a problemas específicos.

Aqui vemos páginas de diários de campo, cartas, fotos, filmagens. Cada objeto vem acompanhado por uma ficha na qual há informações básicas sobre o povo que o produziu, seu nome na língua nativa e sua função principal naquele contexto, além da data, do local exato e do modo de sua obtenção.

Duas áreas culturais aparecem em destaque: Samoa e Nova Guiné, na Oceania, de um lado, e o Japão, de outro. Até a primeira metade do século XX, da perspectiva euroamericana os povos nativos da Oceania eram classificados como os mais primitivos do mundo, enquanto os japoneses eram percebidos como atrasados.

Margaret Mead, norte-americana contemporânea de Simone de Beauvoir, foi a primeira mulher a realizar pesquisa de campo etnográfica por um longo período em Samoa e na Nova Guiné. No livro *Sexo e temperamento* (1935), apresentou os resultados de sua pesquisa sobre os papéis de gênero entre os Tchambuli, os Arapesh e os Mundugumor. Ela observou que os padrões de comportamento de homens e mulheres e as expectativas sociais correlatas variam de forma significativa entre as culturas. Ela se perguntava em que medida essas diferenças seriam inatas e em que medida seriam culturalmente determinadas, e quais seriam os mecanismos educacionais ligados a essas diferenças. Mead afirmou o seguinte:

Trabalhando com povos tão universais e tão simples como esses, o homem construiu para si mesmo uma trama de cultura em cujo interior cada vida humana foi dignificada pela forma e pelo significado. [...] Cada povo constrói essa tessitura de maneira diferente, escolhe alguns povos e ignora outros, acentua um setor diferente da gama total das potencialidades humanas. (MEAD, 2003, p. 20)

Ruth Benedict, outra aluna norte-americana de Boas, escreveu um estudo original e polêmico sobre o Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, quando trabalhava nos órgãos de guerra em Washington. No início dos anos 1940, interessava aos Estados Unidos compreender a cultura japonesa para poder lidar com os japoneses tanto durante a guerra como em tempos de paz. A partir de livros, documentos e materiais jornalísticos produzidos por japoneses e por ocidentais, de programas de rádio, filmes e novelas japoneses e de entrevistas com japoneses que viviam nos EUA, mesmo sem ter visitado o Japão ela conseguiu acessar a complexidade da visão de mundo sintetizada na expressão nativa “assumir a posição devida”. Benedict percebeu que o princípio da hierarquia regia todos os aspectos da vida social japonesa e correspondia a atitudes de guerra consideradas atrasadas ou bárbaras pelos norte-americanos. Ela compreendeu que:

O estudo de culturas comparadas não pode florescer quando os homens se mostram tão defensivos quanto ao seu modo de vida, a ponto de que este lhes pareça ser por definição a única solução no mundo. [...] Cheguei à conclusão de que, uma vez tendo eu verificado onde meus enfoques ocidentais não se enquadravam na sua visão da existência, obtendo assim

alguma ideia das categorias e símbolos por eles utilizados, muitas contradições que os ocidentais acostumaram-se a ver na conduta japonesa deixaram de ser contradições. (BENEDICT, 1972, pp. 21; 23)

A tradição paradigmática centrada na pesquisa de campo etnográfica

Na placa ao lado da porta de entrada, lemos o seguinte:

Em etnografia, o autor é ao mesmo tempo seu próprio cronista e o historiador, enquanto suas fontes sem dúvida são facilmente acessíveis, mas também supremamente esquivas e complexas; elas não estão corporificadas em documentos materiais, fixos, mas no comportamento e na memória de homens vivos. (MALINOWSKI, 1976, p. 96)

Bronislaw Malinowski foi um antropólogo polonês que se tornou célebre na história da antropologia por se preocupar em definir o método, as técnicas e os objetivos da pesquisa de campo etnográfica. Ele passou cerca de quatro anos (durante a Primeira Guerra Mundial) realizando pesquisa nas ilhas Trobriand, na Oceania, e se concentrou na descrição do fenômeno social do kula, a troca cerimonial de presentes raros entre amigos especiais, que se organizava na forma de um complexo sistema de comércio intertribal e constituía o eixo da vida social dessas ilhas, envolvendo expedições marítimas perigosas e interligando comunidades localizadas em uma região bastante extensa.

Para Malinowski, o principal era reunir e sistematizar dados brutos sobre todos os aspectos da vida social, o que permitiria ao etnógrafo identificar leis e padrões no tempo presente e, assim, acessar o ponto de vista do nativo sobre o seu mundo.

Nessa galeria, que conta com duas subdivisões, o/a visitante deve entrar sozinho/a, pois a introspecção e o afastamento temporário de sua própria vida constituem condição indispensável para a experiência em terras distantes, exóticas. O/A visitante deve pegar uma caderneta, uma caneta e um dicionário de bolso na escrivaninha e atravessar uma câmara sem iluminação até chegar ao aposento, onde deve colocar um par de óculos de realidade virtual para assistir à projeção de vídeos etnográficos, nos quais verá imagens feitas pelo próprio Malinowski nas ilhas Trobriand, mostrando pessoas em atividades corriqueiras, participando de cerimônias de kula ou em situação de entrevista, bem como imagens do pesquisador em campo.

Ao final, o/a visitante pode se encaixar na abertura indicada no mural de papelão para tirar uma foto, como se estivesse no centro de uma cena da vida cotidiana em uma das ilhas da Oceania, e levá-la para casa, a título de *souvenir*.

No primeiro compartimento contíguo, o/a visitante pode colocar novamente os óculos de realidade virtual para acompanhar Sir Alfred R. Radcliffe-Brown em sua viagem para as ilhas Andamão, no Oceano Índico (colônia britânica no início do século XX,

atualmente pertencente à Índia). Logo no começo da caminhada, o pesquisador britânico explica suas hipóteses sobre a função social dos costumes, emoções e crenças dos andamaneses, inspiradas na obra do sociólogo francês E. Durkheim. Para Radcliffe-Brown:

Para existir de alguma maneira, e para continuar a existir, uma cultura deve cumprir certas condições. Deve fornecer um modo de subsistência adequado ao ambiente e à densidade da população existente; deve assegurar a continuidade da sociedade pelo cuidado apropriado com as crianças; deve fornecer meios para manter a coesão da sociedade. Todas essas coisas envolvem a regulação da conduta individual de certas maneiras definidas; isto é, envolvem certo sistema de costumes morais. (RADCLIFFE-BROWN: 2016, p. 77)

Interessado em apreender a origem social das formas de expressar emoções e partindo da premissa de que certas leis fundamentais regulam a vida afetiva dos seres humanos, Radcliffe-Brown concluiu que o objetivo do rito é afirmar a existência de um vínculo social entre duas ou mais pessoas no interior de um sistema social que se mostra coeso. Ele não se preocupava com a origem de instituições, costumes e crenças, mas sim com seu significado e função. O ambiente da galeria é preenchido com o som do choro ritual andamanês gravado pelo antropólogo.

No segundo compartimento contíguo, o/a visitante entra em contato com a obra do antropólogo inglês *Sir E. E. Evans-Pritchard*, que foi influenciado por E. Durkheim, Malinowski e Radcliffe-Brown. Evans-Pritchard realizou pesquisa de campo no continente africano, nas décadas de 1920 e 1930, iniciando pelos Azande, que vivem atualmente na República Democrática do Congo, no Sudão do Sul e na República Centro-Africana.

Retomando a questão oitocentista da causalidade, ele percebeu que, naquele contexto, a bruxaria convivia com a magia, o encantamento, o curandeirismo, a feitiçaria, a adivinhação e diversos tipos de ritos e consistia, fundamentalmente, em um sistema de valores que regulam a conduta humana, um idioma explanatório do pensamento zande. Para ele:

[...] a bruxaria tem sua própria lógica, suas próprias regras de pensamento, e estas não excluem a causalidade natural. A crença na bruxaria é bastante consistente com a responsabilidade humana e com uma apreciação racional da natureza. Antes de mais nada, um homem deve desempenhar qualquer atividade conforme as regras técnicas tradicionais, que consistem no conhecimento testado por ensaio e erro a cada geração. É apenas quando ele fracassa, apesar de sua adesão a essas regras, que vai imputar sua falta de sucesso à bruxaria. (EVANS-PRITCHARD: 1978, p. 59)

Com Evans-Pritchard, a tarefa do antropólogo deixou de ser simplesmente comparar e classificar diferentes culturas ou elementos culturais para assumir o papel de uma tradução, ação que envolve imersão profunda, sensibilidade apurada, registro detalhado da vida social, postura de respeito, autocrítica motivada pela relação com o outro e a criação de algo novo, de novas sínteses interpretativas que correspondem a outras possibilidades de conceber e estar no mundo, as quais podem vir a desestabilizar narrativas hegemônicas.

Escola Francesa

A antropologia em língua francesa formulou questões algo distintas daquelas formuladas em língua inglesa. Reunidos em torno do *L'Année Sociologique*, fundado em 1896 e coordenado pelo sociólogo E. Durkheim, estudiosos franceses debruçavam-se sobre a antiga questão da relação entre racionalidade e religião. Ao focalizar ritos “primitivos”, entenderam que eles consistiam em uma forma de dramatização que visa a revivificar os elementos essenciais da consciência coletiva. Por meio dos ritos, a coletividade reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesma e de sua unidade; ao mesmo tempo, os indivíduos são revigorados em sua natureza de seres sociais e podem reviver o passado no tempo presente.

Marcel Mauss, sobrinho e colaborador de Durkheim, não chegou a realizar pesquisa de campo, mas logrou propor uma abordagem original para vultosas massas de dados etnográficos que, nas primeiras décadas do século XX, eram providas por etnógrafos que viajavam para diferentes partes do mundo. De acordo com ele:

Foi considerando o conjunto que pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugaz em que a sociedade toma, em que os homens tomam consciência sentimental de si mesmos e de sua situação frente a outrem. Há, nessa observação concreta da vida social, o meio de descobrir fatos novos que apenas começamos a entrever. (MAUSS: 2003, p. 311)

Esta galeria está organizada em forma de espiral; um conjunto heteróclito de objetos culturais é disposto em torno de um eixo central que simboliza a recorrência de formas lógicas em distintos grupos sociais e em distintas épocas históricas. O principal é apreender os princípios comuns que balizam criações culturais singulares, de modo que um problema particular ilumine um problema geral. Ao focalizar a dimensão social (“moral”) das categorias de pensamento, crenças, valores, sentimentos, comportamentos e imagens, esses autores afirmavam a origem comum da religião, das artes e dos jogos.

Assumindo as limitações do conhecimento etnográfico alcançado até aquele momento e de seu próprio trabalho, Mauss percebeu que, para muitos povos, o vínculo social (a aliança) é vivido como vínculo de natureza espiritual. Ele se dedicou a analisar

especialmente o *potlacht* na região que abrange Alasca, Vancouver e costa oeste americana (Montanhas Rochosas). Assim, concluiu que a coisa dada não é inerte, e que ela obriga a atitudes de aceitação (recebimento) e retribuição. Para Mauss, militante socialista, o estudo da obrigação de dar poderia ajudar a compreender de que maneira os homens passaram a trocar coisas. Neste sentido, o sistema capitalista é entendido como apenas um arranjo possível de relações de troca dentre tantos outros; entretanto, o espírito de reciprocidade continuaria animando a moral no Ocidente, sob formas diversas, como a caridade, a esmola, a cortesia, convites para festas e cerimônias, dívidas, direito autoral, previdência social, seguro-desemprego.

O autor não se furta ao posicionamento crítico; para ele: “Os homens devem aprender a se opor sem se massacrar, dando-se uns aos outros sem se sacrificar. Esse é um dos segredos permanentes de sua sabedoria e de sua solidariedade” (MAUSS: 2003, p. 314). Em suma, Mauss recusa veementemente a ideia de uma economia natural e focaliza a efervescência social que transcende o valor meramente utilitário da coisa trocada. Com Mauss, a ordem (imperial, capitalista, eurocêntrica) elogiada pelos evolucionistas é estranhada, desnaturalizada e criticada a partir de ideias e valores complexos desenvolvidos por povos nativos.

Na obra de Mauss, os próprios conceitos e categorias sociológicos são desestabilizados pelos dados etnográficos e a dádiva é alçada ao estatuto de fenômeno social total, ou seja, trata-se de um sistema social inteiro; não é apenas um fato econômico, mas uma modalidade de relacionamento humano, um fenômeno que dá origem à sociabilidade, que põe em ação a totalidade da sociedade e suas instituições (nas dimensões jurídica, econômica, religiosa, estética, morfológica, política, de parentesco e aliança). Em termos de método, Mauss tomou como objeto de análise fatos de funcionamento geral, “coisas sociais” em sua concretude, completude e complexidade empírica, sendo esta a condição de possibilidade para a generalização segura e a aproximação à verdade dos fatos.

Dentre os objetos dispostos em espiral, há peças de um grande quebra-cabeça. Na parte central da sala, foi reservado um espaço para que o quebra-cabeça seja montado. Quando a última peça é colocada, acendem-se luzes e começam a ser projetados nas paredes, simultaneamente, três filmes curtos: uma filmagem do *potlacht* na última década do século XIX, uma filmagem do *potlacht* nos anos 1990 e uma conversa com três jovens professores indígenas.

O caráter estático e profundamente distanciado das teses evolucionistas é, assim, descartado, e a noção de alteridade exótica, enigmática e geradora de deleite para curiosas audiências eruditas, vai perdendo a sustentação no âmbito do regime do enunciado científico (FOUCAULT, 2018) da antropologia social.

A visita às galerias é encerrada com uma placa contendo as seguintes palavras de Lévi-Strauss, consignadas em um relatório elaborado para a Unesco, em 1952, como parte de um esforço internacional de combate ao racismo:

Elementos são menos importantes que o modo pelo qual cada cultura os agrupa, retém ou exclui. E o que faz a originalidade de cada uma delas está antes na sua maneira particular de resolver problemas, de perspectivar valores, que são aproximadamente os mesmos para todos os homens: pois todos os homens, sem exceção, possuem uma linguagem, técnicas, uma arte, conhecimentos positivos, crenças religiosas, uma organização social, econômica e política. Ora, essa dosagem nunca é exatamente a mesma para cada cultura, e, cada vez mais, a Etnologia moderna dedica-se menos a erigir um inventário de traços separados do que a descobrir as origens secretas dessas opções. (LÉVI-STRAUSS: 1987, p. 349)

Pensamento em movimento

Em seu estudo sobre o papel desempenhado pelos museus etnográficos no processo de institucionalização da antropologia no Brasil, no início do século XX, J. D. B. Grupioni explica que as coleções etnográficas consistiam em “documentos materiais das mais diversas formas da atividade humana”, no “registro palpável da diferença” que estaria irremediavelmente em vias de extinção – diferença essa que deveria ser “preservada, estudada e exibida” (GRUPIONI, 2018, p. 22-3) –, mas que, em muitos casos, acabaram servindo à reificação de estereótipos.

Os museus etnográficos articulavam-se inicialmente a expedições científicas e a projetos de pesquisa de vulto, envolvendo pesquisadores do Norte global, mas também ao empreendimento assimilacionista do Estado brasileiro, levado a cabo pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A inserção do Brasil na geopolítica dos museus etnográficos nas primeiras décadas do século XX pode ser assim resumida:

[...] enquanto no século XIX, França e Inglaterra voltavam-se para suas colônias na África e na Ásia, construindo ali o berço da etnologia, a Alemanha, sem o mesmo poder colonial de seus vizinhos sobre as populações nativas de outros continentes, permanecia voltada para a América e influenciava a etnologia norte-americana com suas ideias culturalistas e difusionistas, bem como mantinha estreitos laços com o Brasil, promovendo pesquisas e adquirindo materiais etnográficos. Foi assim que se formou um triângulo de relações entre pesquisadores alemães, brasileiros e norte-americanos, cujo pano de fundo era dado pelo vínculo que mantinham com a tradição germânica. (GRUPIONI: 2018, p. 23-4)

Mas, a partir de meados do século XX, a institucionalização da universidade brasileira e a criação dos primeiros programas de pós-graduação, associada à consolidação de uma tradição paradigmática na antropologia voltada para a organização social, mitologia,

parentesco e mudança cultural, levaram à diminuição do interesse pela cultura material dos povos indígenas e, conseqüentemente, houve um decréscimo na formação de coleções etnográficas. Essa tendência foi temporariamente revertida nos anos 1980, quando se enfatizou o potencial dessas coleções para a compreensão mais completa da vida social de vários povos. Porém, nos anos 1990, aprofundou-se a crise desses museus, ao mesmo tempo em que diversas comunidades indígenas começavam a demonstrar maior interesse pela cultura material, como parte do projeto mais amplo de reafirmação étnica e valorização cultural (GRUPIONI: 2018, p. 25).

Nas primeiras décadas do século XXI vislumbram-se novas possibilidades de relacionamento mais equânime entre museus etnográficos, pesquisadores e povos indígenas (GRUPIONI: 2018, p. 28). Tanto assim que, na Conferência Nacional dos Povos Indígenas realizada em 2006, em Brasília, os delegados indígenas apresentaram as seguintes reivindicações:

que o governo faça gestão, junto aos museus, pesquisadores, universidades, religiosos, colecionadores particulares e governos de outros países, para que seja feita a devolução de todos os artefatos arqueológicos que foram retirados das terras indígenas sem conhecimento e autorização dos povos e comunidades indígenas” e “que os museus, universidades, igrejas, organizações governamentais e não-governamentais, no Brasil e no exterior, garantam a recuperação, conservação, organização, divulgação, acesso e retorno do patrimônio material e imaterial guardados nestas instituições aos respectivos donos e produtores (Funai, 2006) (GRUPIONI: 2018, p. 28)

Se os objetos indígenas guardados em museus “são ao mesmo tempo produtos e vetores de relações sociais”, devem passar a ser encarados como “patrimônios étnicos”, isto é, como patrimônios produzidos por povos específicos, cujos descendentes estão vivos e podem lhes conferir “novos e insuspeitados sentidos” (GRUPIONI: 2008: 29). Desse modo, abrem-se novas possibilidades de práticas museológicas, que correspondem a “outros tipos de relações de comunicação e de informação, contribuindo para a formação de uma nova visão sobre os povos indígenas a partir de uma popularização de conhecimentos antropológicos” (GRUPIONI: 2018, p. 29).

Levando em consideração as reflexões de Grupioni, previmos que, no saguão do prédio, será realizada uma apresentação cultural de algumas etnias que vivem no Parque Indígena do Xingu (MT) e serão oferecidos alguns pratos tradicionais aos/às visitantes. Haverá ainda rodas de conversa com indígenas dessas etnias sobre o conjunto das exposições, sobre a proposta do museu e, também, sobre temas que eles consideram relevantes.

Antes de sair do museu, o/a visitante pode deixar na parede externa uma mensagem para os/as próximos/próximas visitantes, além de sugestões para os/as curadores/curadoras.

Considerações finais

Recentemente ganhou espaço em meios de comunicação internacionais o debate sobre a apropriação ou expropriação cultural praticada por colecionadores que forneceram peças para os museus no Norte global durante o período colonial, um debate permeado por denúncias de abusos e por demandas de repatriação de acervos apresentadas por povos nativos, sobretudo do continente africano e da América Latina, como vemos, por exemplo, nas matérias intituladas *Arte africana em museus do Ocidente; Hey, that's our stuff: Maasai tribespeople tackle Oxford's Pitt Rivers Museum; e Oxford museum rethinks famed display of shrunken heads*.

No ano de 2018, em visita ao prestigioso Museu Pitt Rivers, fundado em 1884 em Oxford, Inglaterra, uma pequena comitiva do povo Massai (cujo território se localiza no Quênia e na Tanzânia) teve a chance de entrar em contato com o acervo formado por peças produzidas por seus antepassados, que fica exposto em um ambiente de estilo vitoriano. Os Maasai se questionaram sobre o meio de obtenção das peças, estranharam a forma de sua organização, identificaram lapsos e erros nos textos contidos nas fichas, demonstraram espanto ao ver objetos sagrados tratados como curiosidades, mas reconheceram a importância do fato de os objetos terem sido guardados para as próximas gerações, enfatizaram a vividez de sua cultura e ainda deram sugestões para os curadores, com o objetivo de formar uma parceria mais equânime para a divulgação da cultura Maasai.

Percebemos que o reconhecimento do protagonismo dos atores sociais na organização dos museus e na curadoria das exposições etnográficas se revela uma medida extremamente importante para ampliar os sentidos e significados culturais em jogo no período pós-colonial. Assim, para além da preservação de objetos, histórias e símbolos descontextualizados, a parceria entre museus alinhados ao projeto decolonial, pesquisadores e povos nativos permitiria disseminar ferramentas conceituais e uma postura ética que venham contribuir para criar ambientes favoráveis à reflexão crítica a respeito das condições de possibilidade de um futuro comum, a partir da percepção das injustiças históricas, em um mundo onde a diferença seja efetivamente resguardada e valorizada.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Lewis Morgan: 140 anos dos Sistemas de Consanguinidade e Afinidade da Família Humana (1871-2011). *Cadernos de Campo*, n.º 19, pp. 309-322, 2010.
- ÁVILA, Lazslo Antonio. Grupos: a perspectiva psicanalítica. *Vínculo-Revista do NESME*, v. 4, n. 4, 2007.
- BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Editora Perspectiva, (1946) 1972. 277 p.

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história, 1940. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.
- BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia; Raça e progresso. In: *Antropologia Cultural*. CASTRO, Celso (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 109 p.
- CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, nº 80, pp. 9-20, 2012.
- DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016. 64 p.
- DURKHEIM, Émile. Os ritos representativos ou comemorativos. In: CASTRO, Celso (Org.). *Cem Anos de Tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, (1912) 2016, pp. 44-60.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (1884) 1995. 215 p.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, (1937) 1978. 255 p.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, (1979) 2018, pp. 35-54.
- FRAZER, James. *O Ramo de Ouro*. São Paulo: Círculo do Livro, (1890) 1982.
- GRUPIONI, L. D. B. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Supl. 7, pp. 21-33, 2008.
- LARAIA, Roque de Barros. Da Ciência Biológica à Social: a trajetória da Antropologia no século XX. *Habitus*, v. 3, n. 2, pp. 321-345, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (1952) 1987, pp. 328-366.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril Cultural, (1922) 1976. 436 p.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, (1925) 2003, pp. 183-314.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, (1935) 2003. 316 p.
- MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga [trechos selecionados]. In: CASTRO, Celso (Org.). *Cem Anos de Tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, (1877) 2016, pp. 11-24.
- PEIRANO, Marisa. "In this context." As várias histórias da antropologia. In: PEIXOTO, F. A.; PONTES, H. & SCHWARCZ, L. M. (Orgs.) *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Humanitas, 2004.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. A interpretação dos costumes e crenças andamaneses. In: CASTRO, Celso (Org.). *Cem Anos de Tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, (1922) 2016, pp. 62-81.

- ROSA, Frederico Delgado. Edward Tylor e a extraordinária evolução religiosa da humanidade. *Cadernos de Campo*, n.º 19, pp. 297-308, 2010.
- SCHWARCZ, L. M. & ARAÚJO, I. M.. Notícias de um precipício ou George Stocking Jr. e a antropologia vitoriana. *Cadernos de Campo*, n.º 19, pp. 289-290, 2010.
- STOCKING Jr., George. Prólogo: um precipício no tempo (do livro *Victorian Anthropology*). *Cadernos de Campo*, n.º 19, pp. 291-296, 2010.
- _____. Tradições paradigmáticas na história da antropologia. In: *Teoria e Sociedade* 13.2. Revista do Departamento de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. UFMG, 2005.
- TYLOR, Edward B. A Ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, (1871) 2005, pp. 69-99.
- WOORTMANN, Klaas. Os planetas e os continentes: a reinvenção do mundo exterior. *Religião e Ciência no Renascimento*. Brasília: Editora UnB, pp. 27- 67, 1997.

Fontes

Arte africana em museus do Ocidente. Nexo, 02 mar. 2019. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/03/02/Arte-africana-em-museus-do-Ocidente-%C3%A9-patrim%C3%B4nio-e-n%C3%A3o-heran%C3%A7a?utm_medium=Social&utm_campaign=Echobox&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR38eClPAO_IgcDUzw7vNvjEgnntj1FIADO_4ggUuw4Qh_FbvbYUGsuN3YU#Echobox=1551565815> Acesso em 09 mar. 2019.

Hey, that's our stuff: Maasai tribespeople tackle Oxford's Pitt Rivers Museum. The Guardian, Reino Unido, 4 dez. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/culture/2018/dec/04/pitt-rivers-museum-oxford-maasai-colonial-artefacts?CMP=tw_t_gu&fbclid=IwAR3PQg_Y5cFtONCdJQ-30yp72LqkiDp3m4nIf06Sif0zezZJ9HuDIxtzBh>. Acesso em 09 mar. 2019.

Oxford museum rethinks famed display of shrunken heads. The Art Newspaper, 6 mar. 2019. Disponível em <<https://www.theartnewspaper.com/news/oxford-museum-rethinks-famed-display-of-shrunken-heads?fbclid=IwAR1szLcwPBpEjbm6ZWpYDWWJR9Gsw0K0LEBK4MlxAkSQ2T-QKj5aihpl6WBE>> Acesso em 09 mar. 2019.

Documentários

Mauss, segundo suas alunas. Direção: Carmen Rial e Mirian Pillar Grossi. Brasil, 2002, 45 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=y2FGGONVqpM>> Acesso em 09 mar. 2019.

Série *Estranhos no Exterior* (*Trabalho de campo: Sir W. B. Spencer; Todo mundo é parente: W. Rivers; As Correntes da Tradição: Franz Boas; Maioridade: M. Mead; Fora da Varanda: B. Malinowski; Estranhas crenças: Sir E. Evans-Pritchard*). Editorial de Antropologia. Disponível em <<https://editorialdeantropologia.weebly.com/suportes-visuais/estranhos-no-externo>> Acesso em 09 mar. 2019.

autores

Giovana Acacia Tempesta

É doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e atualmente mantém vínculo de pesquisadora-colaboradora plena junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social dessa mesma instituição.

João Paulo Siqueira de Araújo

É graduando em Psicologia na Universidade de Brasília e atualmente membro do PET- Psicologia dessa mesma instituição.

Diego Rodrigues de Loiola

É graduando em Licenciatura no curso de Sociologia na Universidade de Brasília, onde também atua como Diretor Assistente de Operacional na Empresa de Consultoria Júnior em Pesquisa Socius e professor no projeto de extensão Ciências Sociais nas Escolas (CISO).

Recebido em 10/03/2019

Aceito para publicação em 04/12/2019